

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.714 - RS (2019/0355315-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : DINARTE AIRES CHAVARRIA
ADVOGADOS : ANDRÉ AVELINO RIBEIRO NETO - RS006815
CÍCERO TROGLIO - RS024537
CÉSAR VERGARA DE ALMEIDA MARTINS COSTA -
RS028947
MATHEUS DAVOGLIO SARTURI - RS087461
AGRAVADO : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
PETROS
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RS056888
FÁBIO KORENBLUM - RS092135
AGRAVADO : PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO : FABIANO CASTILHOS DE MATTOS - RS060168

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADE FECHADA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PATROCINADORA. DECISÃO AGRAVADA QUE INADMITIU O APELO NOBRE APONTANDO A CONFORMAÇÃO DO ARESTO RECLAMADO COM TESE FIRMADA EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RESP N. 1.370.191/RJ (TEMA 936/STJ). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO NA ORIGEM. QUESTÃO CONSOLIDADA. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NESSE PONTO (CPC/2015, ART. 1.042). DEMAIS ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO DO AGRAVO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO COM A SOLUÇÃO JURÍDICA ADOTADA PELA CORTE LOCAL. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo manejado por DINARTE AIRES CHAVARRIA contra decisão da Terceira Vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que negou seguimento ao recurso especial aos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 447/454): (i) acerca dos artigos 11, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, não há se falar nas omissões indicadas; e (ii)

no que se refere à questão de fundo relativa à legitimidade passiva da patrocinadora, o aresto reclamado está em conformidade com a orientação traçada no Recurso Especial n. 1.370.191/RJ, julgado sob o rito dos recursos repetitivos, vinculado ao Tema n.º 936/STJ.

A parte interpôs agravo interno irresignada com a negativa de seguimento do Recurso Especial haja vista a aplicação do REsp. n. 1.370.191/RJ – Tema 936/STJ (e-STJ fls. 460/467).

Nas razões do agravo em recurso especial, repisa a tese de violação aos artigos 489, § 1.º, IV, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, bem como sustenta que a tese firmada no Recurso Especial 1.370.191/RJ (Tema 936/STJ) destoa do presente caso.

A Corte local negou provimento ao agravo interno, a teor da seguinte ementa:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO À VISTA DO RESP 1.370.191/RJ – TEMA 936 DO STJ, E NÃO ADMITIU O RECURSO EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS QUESTÕES.

Estando o aresto proferido por esta Corte de acordo com o entendimento manifestado pelo STJ, em sede de Recursos Repetitivos, no julgamento do REsp. 1.370.191/RJ, deve ser mantida a negativa de seguimento do recurso especial. Inteligência do artigo 1.030, I, 'b', do Novo Código de Processo Civil.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA." (e-STJ fl. 517).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 561).

Contraminuta de FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - PETROS ao agravo em recurso especial (e-STJ fls. 588/597).

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, diante do julgamento do agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de Origem, consoante a norma contida no § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015, restou consolidada a questão relativa à legitimidade passiva da

patrocinadora, pois o aresto reclamado andou em conformidade com precedente paradigma firmado no Recurso Especial n. 1.370.191/RJ (Tema n.º 936/STJ).

No que tange aos demais aspectos da admissibilidade recursal exercida pela Corte *a quo*, vejo que o agravante impugnou especificamente o óbice apontado.

Então, o presente agravo segue conhecido apenas no ponto em que não admitido o recurso especial em relação às demais questões trazidas no apelo nobre.

Nesse passo, observo que o referido recurso especial foi manejado com base no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PATROCINADORA (PETROBRAS). MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. Tendo em vista que a relação de direito material existente nos autos diz respeito à parte autora e à PETROS, correto o reconhecimento da ilegitimidade passiva da Petrobras. RECURSO DESPROVIDO." (e-STJ fl. 300).

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fl. 323).

Nas razões do recurso especial, a recorrente aduziu, de saída, malferimento dos artigos 265, 275 e 942 do Código Civil/2002; 7.º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; 2.º, § 2.º, da Consolidação das Leis Trabalhistas; 34, § 2.º, da Lei n.º 6.435/77; e 13, § 1.º, da Lei Complementar n.º 109/2001 ao fundamento da legitimidade passiva da patrocinadora Petrobrás.

Indicou dissídio jurisprudencial quanto ao ponto.

Na sequência, alegou contrariedade aos artigos 371, 489, II e § 1.º, IV, e 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, ao sustento de que:

"Omite-se o r. aresto sobre a norma do artigo 4º, § 1º, do Regulamento, que prevê a filiação obrigatória dos novos

empregados da patrocinadora ao plano de previdência da Petros, do artigo 34, § 2º, da Lei 6435/77, que previa a responsabilidade solidária entre as patrocinadoras e a entidade de previdência, sobre a previsão contida no artigo 48, IX, do plano de benefícios que também prevê a responsabilidade solidária da patrocinadora, a violação dos artigos 265, 275 e 942 do CC, 7º, parágrafo único, do CDC, e 2º, § 2º, da CLT, apesar de oportunamente provocada a prequestionar a matéria." (e-STJ fl. 346).

Por derradeiro, pleiteou a redistribuição do ônus sucumbencial em caso de provimento do recurso.

Contrarrazões de PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRÁS às e-STJ fls. 388/405.

Como visto, a controvérsia em torno da legitimidade passiva da patrocinadora foi abarcada no acórdão do agravo interno, em obediência ao disposto no § 2.º do art. 1.030 do CPC/2015.

Desse modo, o único ponto do recurso especial que ainda comporta conhecimento no presente agravo é a alegada ofensa aos arts. 371, 489 e 1.022 do CPC/2015.

Contudo, não há se falar na omissão alegada.

Com efeito, consoante faz crer fragmento extraído do aresto reclamado, o Colegiado estadual enfrentou o tema sob o seguinte enfoque

Contudo, não há se falar na omissão relativa à responsabilidade solidária entre as patrocinadoras e a entidade de previdência.

Com efeito, restaram exaustivamente debatidas pelo Tribunal estadual as razões de afastamento da responsabilidade solidária da patrocinadora e a conseqüentemente declaração da ilegitimidade passiva desta, tudo em consonância com a tese firmada no Recurso Especial paradigma n. 1.370.191/RJ (Tema n.º 936/STJ).

Destarte, o Tribunal enfrentou e decidiu, de modo integral e com fundamentação suficiente, a controvérsias posta.

Nessa ordem de ideias, não se pode confundir julgamento desfavorável

aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

No ponto, o inconformismo recursal revela-se como mera pretensão de rejugamento da causa tão-somente porque a solução jurídica adotada na origem foi desfavorável ao interesse da parte.

Destarte, não há se falar em violação dos artigos 371, 489 e 1.022 do CPC/2015.

Por fim, deixo de majorar os honorários advocatícios, consoante determina o art. 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que o presente recurso foi manejado contra acórdão de julgamento de agravo de instrumento no qual não houve fixação da referida verba, este interposto contra decisão que, igualmente, não teve arbitramento de honorários.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, I e II, "a", do Regimento Interno do STJ, conheço em parte do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator